

Banco Central já acha que devedor organizará cartel

A nota conjunta do Brasil, Argentina, México e da Colômbia ainda não reflete iniciativa dos países latino-americanos de formar o cartel dos devedores, mas o Banco Central entende que isso será consequência natural de eventual continuidade da tendência de alta da **prime-rate** — juros cobrados pelos bancos norte-americanos de seus clientes preferenciais.

Há dez dias, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, conversou por mais de três horas com o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o brasileiro Baena Soares, mas a nota dos presidentes dos quatro países devedores surpreendeu até os técnicos do banco.

Setores técnicos do Banco Central admitem que não partiu do governo brasileiro a iniciativa do protesto conjunto contra os Estados Unidos, porém, ressaltam que o Brasil não mais poderia cometer os mesmos erros anteriores e esperar os avanços de outros países para acertar as condições de renegociação da dívida brasileira.

Por isso, o governo brasileiro não pôde rejeitar a proposta de posição conjunta dos grandes devedores da América Latina, até porque o clima mudou e a renegociação da dívida deverá mesmo passar para o campo político — de governo a governo e não com a intermediação exclusiva das autoridades econômicas.

A oposição da assinatura brasileira à nota conjunta garante as relações com as nações latino-americanas e não traz consequências imediata para as contas externas do país. No momento, o Brasil convive com a calma no fluxo de caixa e tem a firmeza de significativas superávits mensais na balança comercial.

Embora os técnicos do Banco Central não possam determinar a extensão dos efeitos da nota conjunta, argumentam que os devedores não poderiam permanecer de braços cruzados, diante do impasse criado pelas políticas fiscal do governo Reagan e monetária do Federal Reserve dos Estados Unidos (FED).

Ninguém pode negar que o vento sopra a favor da elevação da **prime**. Mas outros fatores políticos podem contribuir em primeiro lugar, para evitar oscilações mais acentuadas das taxas e, depois, para que o governo Reagan não continue a bombardear a política monetária do presidente do FED, Paul Volcker. Não há razões para otimismo e isso provocou a nova conjunta do Brasil, Argentina, México e Colômbia, mas todo mundo sabe que a eventual abertura dos juros prejudica muito mais a reeleição de Reagan, caso venha a bloquear a reativação da economia norte-americana.

Os banqueiros privados relutam em abrir mão do papel de principais protagonistas da renegociação da dívida externa, inclusive para embutir cláusulas contratuais que não caberiam em acordos a nível de governo — como aquelas que afetam a soberania nacional — a cobrar um elenco de comissões misteriosas para o refinanciamento. Mas, politicamente, os bancos reiteram que a alta dos juros internacionais acontece na aplicação e na captação, sem qualquer alteração no **spread** — taxa de risco que representa o efetivo lucro do banqueiro.

Pela própria postura dos membros de suas missões, o FMI já mudou na avaliação dos ajustes das economias endividadadas. Porém, os países devedores começam a ficar preocupados.